



Programa de treinamento da Ancep ajuda a responder aos desafios

08/10/19

O ano ainda está longe de terminar para os ancepianos preocupados em aproveitar as oportunidades que a programação de treinamento da ANCEP oferece para dar um salto em sua qualificação profissional, algo importante de se fazer em uma época de tantos desafios. É que teremos ainda dois seminários sendo apresentados em diversas cidades, até o final de 2019.

Em artigo divulgado dias atrás, Zulmir Ivânio Breda, Presidente do CFC tocava nessa questão da qualificação ao dizer que "expandimos as nossas competências e ganhamos novos espaços no mercado de trabalho. Tornamo-nos profissionais mais completos, com habilidades comportamentais, visão de negócios, integridade, boa comunicação e capacidade de inovação". Uma das razões disso, segundo ele, é que "o mundo contábil volta a se transformar extraindo os frutos da evolução digital. A nossa profissão também auferirá os ganhos advindos dos avanços tecnológicos. Conseguimos imprimir maior velocidade na execução de tarefas, compilar e analisar maior volume de dados com segurança e precisão. Podemos traçar cenários e atingir metas com mínimas margens de erro. Somos capazes de preparar orçamentos e elaborar estratégias utilizando maior base de dados e, com isso, reduziremos as incertezas".

Nessa mesma direção, o Presidente da Ancep, Roque Muniz, diz que o principal efeito de os contabilistas estarem sendo desafiados "é que nunca se mostraram tão convencidos da necessidade de participar dos processos decisórios e jamais se mostraram tão preparados para isso".

E o programa de treinamento da Ancep é de fundamental importância nesse esforço.

O seminário **Orçamento EFPCs: Gestão e Práticas aplicadas aos Fundos de Pensão**, apresentado nos últimos dias em Florianópolis (SC), São Paulo (SP) e Salvador (BA), será apresentado agora em **Porto Alegre (11/10)**, **Recife (21/10)** e **Brasília (05/11)** e **Belo Horizonte (04/11)**.

A pauta técnica do seminário prevê uma ampla Introdução sobre os temas e nivelamento de expectativas quanto aos resultados esperados, seguindo-se uma exposição em que o orçamento geral é apresentado como ferramenta para gestão eficiente dos recursos financeiros e para tomada de decisão.

Já o seminário **Nova EFD Reinf V.2.1, DCTFWEB e Relação com o e-Social** é um treinamento que compreende os novos Leiautes da EFD-Reinf versão 2.1 disponibilizados em 28/08/2019. Essa nova obrigação acessória - que tem como prazo de entrega a partir de 10 de janeiro de 2020, aplica-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2020.

O evento aconteceu em **Brasília** e as próximas apresentações irão ser realizadas no **Rio de Janeiro (10/10)**, **Recife (14/11)**, **Porto Alegre (22/11)**, **Fortaleza (25/11)** e **São Paulo (29/11)**.

Patrícia Ferradans deverá assumir o comando da PreviBayer

Patrícia Ferradans, cujo nome já seguiu para a Previc, deverá ser a nova diretora-superintendente da PreviBayer, no lugar de Lucas Nóbrega, que deixou a instituição, noticia o site da revista Investidor Institucional.

Ela é, atualmente, gerente administrativa da Prevmom, o fundo da Monsanto. Na verdade, as duas patrocinadoras já se fundiram internacionalmente em 2016 e localmente as duas entidades também devem seguir o mesmo caminho da fusão, sendo que o pedido já foi encaminhado à Previc.

Administradora de empresas formada pelo Mackenzie, Patrícia atua no sistema de fundos de pensão há 25 anos, com passagens antes pela Mercer, Sistel e Visão Prev.

Greenfield apresenta três novas denúncias

Vinte e seis pessoas foram denunciadas ao longo de três ações penais pela Força-Tarefa Greenfield. O motivo são fraudes contra as entidades de previdência complementar Funcef, Petros e Postalís. Nos três casos, os crimes foram viabilizados por meio de aportes no Fundo de Investimentos e Participações (FIP) Multiner, informa o site do Ministério Público Federal em texto produzido pela Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República e divulgado ontem no meio da tarde. A notícia está também no jornal Folha de S. Paulo e no portal R7 (Rede Record)

Os acusados responderão, na medida de suas participações, por gestão fraudulenta, temerária ou por desvio de recursos em proveito próprio ou de terceiros. Além das penas de prisão, os procuradores reivindicam o pagamento de R\$ 3,1 bilhões como forma de reparação dos danos moral e social causados, bem como para a devolução dos produtos dos crimes. O montante equivale ao triplo dos prejuízos causados.

As fraudes aconteceram entre 2009 e 2014. Diretores dos fundos de pensão, em parceria com executivos do Multiner e com empresas de consultoria, agiram para aprovar aportes milionários no Multiner - mesmo em um cenário de desequilíbrio e incapacidade financeira da empresa. Os artifícios para engendrar tais operações envolveram a superavaliação da empresa, o uso de laudos falsos e a minimização dos riscos envolvidos nos financiamentos realizados. Além disso, as investigações

revelaram que as consultorias contratadas para fazer a valoração do Multiner e para orientar quanto à decisão pelos aportes eram empresas especializadas em design de interiores e em suporte técnico de serviços de TI.

Debêntures incentivadas interessam pouco aos fundos de pensão

Os fundos de pensão, investidores naturais de papéis de longa maturação, e os estrangeiros não residentes não se interessam pelas debêntures incentivadas porque já têm a isenção de IR na compra de títulos públicos, tendendo a não aceitar papéis de maior risco de crédito, menor liquidez e com prêmios comprimidos pelos benefícios tributários, dizem Thiago Rabelo Pereira e Marcelo Miterhof, economistas do BNDES em certo momento em artigo no Valor Econômico.

No texto, cuja leitura recomendamos na íntegra, os autores notam que as debêntures incentivadas tornaram-se na verdade mais um "puxadinho" na legislação de incentivos aos instrumentos do mercado de crédito e capitais. A proliferação de regimes de tributação diferenciados - - que também incluem CRI, CRA, LCA, LCI etc - tende a produzir uma segmentação excessiva e artificial do mercado que já é de baixa/média profundidade, além de poluir os sinais econômicos transmitidos pelos preços relativos dos instrumentos financeiros em função de regras tributárias, dificultando sua comparação.

Além disso, as debêntures de infraestrutura, embora tenham crescido, totalizaram cerca de R\$ 26 bilhões no ano passado, valor muito aquém dos R\$ 260 bilhões (4% do PIB), que se estima que o Brasil precisa investir no setor a cada ano.